

As propostas de Jornal na Educação e suas implicações com a formação da cidadania¹

Ana Paula de Moraes Teixeira²
Docente no Centro Universitário de Votuporanga

Resumo:

O presente trabalho traz um levantamento detalhado sobre as possibilidades de se trabalhar a implantação do jornal escolar, tendo como foco de análise como esta proposta pode efetivamente ser trabalhada para a formação da cidadania, na concepção de constituição do sujeito-cidadão. Argumenta ainda como a apropriação desse recurso foi pouco explorada face às novas possibilidades tecnológicas.

Palavras-chave: Jornal Escolar; Educomunicação; Cidadania

Educação e multimeios

Mesmo com o crescimento de uma área cada vez mais sistematizada e legitimada como a Educomunicação, ainda é muito alto o grau de timidez com que suas possibilidades e orientações são absorvidas; se as projeções e constatações partirem para o plano da educação escolar então, aí sim, o anacronismo é ainda mais surpreendente, dada a marcha lenta com que o processo educacional como um todo vem tentando se resgatar. Por isso, devemos considerar que as poucas práticas educacionais penetradas na educação formal já são, em si, um importante passo ao encontro de uma educação construtiva e emancipadora, tomando essas experiências e alternativas pontuais como modelos e exemplos que se prestem a subsidiar novas iniciativas e instigar o imaginário – por vezes tão cerrado – do pensamento escolástico brasileiro.

A apropriação e utilização dos multimeios (em especial os áudio-visuais), por exemplo, vem pouco a pouco se materializando graças à injeção de recursos e criação de projetos na rede pública pelo Ministério da Educação: primeiro pela implantação do Projeto TV Escola³, depois, pela informatização de quase cem por cento das unidades

¹ Trabalho apresentado ao NP 11 – Comunicação Educativa, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom;

² Jornalista e Mestre em Educação; Docente e Coordenadora do curso de Jornalismo no Centro Universitário de Votuporanga – SP.

³ Neste programa, as escolas teriam direito ao recebimento de aparelhos de tv, vídeo e antena parabólica para efetuarem gravação de programas didáticos transmitidos pelas Redes Educativas de Televisão

públicas⁴, e mais recentemente, com algumas iniciativas para se desenvolver projetos de rádio⁵ nas escolas. O empenho dos organismos administradores deve, sem dúvida, ser analisado com todo o mérito, mesmo que os trâmites dessas implantações ainda careçam de algumas revisões e adequações. O problema é que, enquanto as políticas públicas tentam dar conta de um (quase) paralelismo entre escola e tecnologias de comunicação, os demais envolvidos com a educação permanecem de certa forma inertes em suas funções, quando muito atendendo apenas às orientações que os próprios programas do Ministério procuram deliberar.

Evoluir, portanto, na criação de ecossistemas comunicativos em razão de uma escola cidadã, é, antes de mais nada, assumir uma autonomia pedagógica no seu sentido mais estrito – o que significa que outros e novos projetos devam ser elaborados de acordo com a singularidade de cada ambiente escolar⁶.

Os meios impressos, pelo caráter menos exigente e complexo em termos de recursos técnicos e financeiros, certamente representam uma via possível ao encontro dessa expectativa. O crescimento de trabalhos específicos com o jornal no ambiente educacional é a atividade mais explorada – em termos de meios de comunicações impressos – que vem simbolizando um avanço significativo na forma de projetos pontuais por uma educação menos sisuda e mais manejável.

A questão é que, quando se elege um instrumento como o jornal para integrar propostas contribuintes a um processo severamente criticado, como é o caso da educação formal, é necessário que se tenha em conta que tipo de contribuição este projeto estará trazendo, ou ainda mais, se as contribuições idealizadas realmente significam um passo à frente na trajetória por uma educação que se diga cidadã.

À partir deste foco e tomando a formação da cidadania como o ponto chave para a compreensão de uma educação emancipadora, estaremos retomando algumas experiências sobre os trabalhos de jornal na e com a educação, procurando evidenciar

⁴ No estado de São Paulo, esta implantação objetivava, inicialmente, atender necessidades técnico-administrativas, contando, inclusive, com a interligação, em rede, das unidades em um sistema único de controle. Posteriormente, novos equipamentos foram adquiridos no intuito de disponibilizar, a professores e alunos, recursos tecnológicos enquanto laboratórios didáticos.

⁵ O Educom.radio – desenvolvido pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP - é um dos exemplos mais relevantes de propostas de rádio na educação com apoio das políticas públicas.

⁶ Colaborando, assim, com um dos princípios básicos da gestão democrática e democracia participativa, estabelecidas, respectivamente, pela nova LDB (Art. 3º, VIII) e Constituição Federal de 1988 (Art. 1º).

nelas algumas características que venham de encontro com a construção do sujeito-cidadão.

Jornal na educação

As possibilidades reservadas para a educomunicação, a partir dos multimeios, ampliam-se a cada momento que a escola compreende os horizontes que podem ser ampliados a partir do estreitamento entre os meios de comunicação e os processos de educação.

Atualmente, o esquema de aproximação entre o jornalismo impresso e o ensino formal vem abrangendo duas atividades: 1) a leitura em sala de aula de jornais produzidos pela grande mídia; e 2) a elaboração de pequenas produções no interior da própria comunidade escolar.

No primeiro caso, a decisão sobre a execução ou não da atividade depende exclusivamente da boa vontade e responsabilidade política dos organismos de comunicação impressa; e sua caracterização enquanto subárea de intervenção está associada à “leitura crítica dos meios”.

Já a feitura do jornal, envolvendo a diligência direta dos agentes da educação, é um empreendimento que está mais associado à subárea “gestão de processos comunicacionais”, pois necessita de planejamento, participação e gestão envolvendo os professores. O problema é que, salvo raras exceções, quase sempre ocorre na forma de iniciativas isoladas de um ou outro agente que se aventura a experimentar novas formas de ação didático-pedagógica.

Na falta de coesão por uma atividade coletiva, a ocorrência desses experimentos acaba ficando sempre restrita à produção do material na e para a sala de aula.

Mas se essa forma restrita de implantação continuar se apresentando como a única tentativa de implantação de projetos de jornal, a escola com certeza não estará avançando com as possibilidades de produção própria que o atual perfil de educação está podendo suplantar, levando-se em conta, principalmente, as novas possibilidades de utilização dos multimeios, a presença cada vez maior das tecnologias da comunicação no espaço educativo e a abertura pretensiosa dos novos parâmetros curriculares. Porque essas mudanças não só promovem uma ressignificação nos modos de educar, mas também nos instrumentos desta nova educação conclamada pela sociedade moderna.

Pelas poucas constatações nesta linha de trabalho, parece que as escolas ainda não perceberam o potencial instrumental que possuem. No entanto, para entendermos melhor esta lacuna suscetível de propostas, façamos, primeiramente, um apanhado contextual sobre que vias nasceram os projetos de jornal na educação e em seguida um relato de algumas experiências que foram levantadas sobre a elaboração própria do jornal escolar.

JE e a grande mídia

No mundo todo encontramos programas que visam a utilização do jornal na educação. Nos Estados Unidos existe o NIE (Newspaper In Education), atualmente com mais de 1000⁷ jornais atuantes. Na França existe o CLEMI (Centro de Ligação do Ensino e dos Meios de Informação). Na Argentina, há um programa de repercussão nacional – El Diálogo en la Escuela – coordenado pela Associação dos Diários do Interior da República Argentina (ADIRA), que realiza um congresso anual de repercussão internacional, intitulado de “Los medios de Comunicación y la Educación”⁸.

Deste modo, entendemos que a preocupação com a leitura de jornais por crianças e adolescentes está institucionalizada pela mídia em todo o mundo.

Infelizmente no Brasil os programas que vinculam a mídia impressa com as escolas da rede pública ainda são muito incipientes e totalmente pontuais.

Segundo um pequeno levantamento elucidado por FONTES (1994), o primeiro jornal brasileiro a fazer distribuição de jornais em escolas foi o Jornal Zero Hora, de Porto Alegre, que iniciou o projeto “Zero Hora na Sala de Aula”, em 1980. No ano em que a análise de Fontes foi desenvolvida – 1993 – o jornal era distribuído a 76 mil estudantes e 20 mil professores das redes municipal, estadual e particular de 287 municípios. Sua distribuição era diária, incluindo edição de Domingo. Naquele ocasião, também fazia parte do projeto a distribuição de fascículos sobre a estrutura do jornal, sugestões de atividades e um boletim mensal sobre o assunto, além de prestar assistência aos professores envolvidos no programa. O jornal O Globo criou um projeto semelhante em 1982 que foi reestruturado em 1990. O sistema é diferente, pois não é feito por um período prolongado. São 50 escolas no Grande Rio que recebem o jornal

⁷ Segundo estudo de SOARES (2000, p.201), o NIE conta, na verdade, com mais de 700 jornais, incluindo os Estados Unidos e Canadá.

durante 15 dias, atingindo 5 mil alunos e 400 professores. Durante esse período intensivo, o aluno e sua família recebem folhetos. Após o período, apenas a biblioteca da escola continua recebendo o jornal e por apenas seis meses.

De acordo com a Associação Nacional dos Jornais, não passam de 40 os periódicos que desenvolvem algum tipo de programa de Jornal na Educação (dois, aliás, em implantação). Além disso, a maioria absoluta desses projetos objetivam incentivar a leitura de jornal nas escolas brasileiras, o que, apesar de ser uma iniciativa bastante válida, restringe por demais as possibilidades de apropriação dos potenciais de intersecção entre mídia e educação.

Já as ações que movimentam as produções de material próprio quase sempre investem na idéia do jornal sala de aula, baseadas, principalmente no experimentalismo pedagógico de Celéstin Freinét.

A experiência e o método Freinét

Introdutórias na organização de textos em formato de jornal escolar, as técnicas de Freinét surgiram como uma resposta à pedagogia praticada no ensino fundamental da França dos anos 20, considerada por ele como uma pedagogia mecânica ou “sem sentido para a vida” (FREINÉT, 1979, p. 22).

A partir das técnicas da expressão livre, da observação e da experiência, FREINÉT propõe, sob base da pesquisa do “puro acaso” (Freinét, 1979, p.17) a criação de novos utensílios de trabalho “que lhe dão simultaneamente o alimento e o objectivo” (FREINÉT, 1974, p.13). Na técnica da expressão livre, por exemplo, “a criança deve escrever livremente aquilo que sente necessidade de exprimir, de exteriorizar, de comunicar aos que com ela convivem ou aos seus correspondentes” (ibidem, p.21).

Para Freinét, a implantação da imprensa na escola (jornais afetivos) permite a criação de uma cultura própria, baseada, não nos desejos, pensamentos ou ordem dos adultos, mas nos verdadeiros interesses das crianças, tal como são expressos nos textos livres (ibidem, p.39).

O sucesso dessas técnicas rendeu à pedagogia de Freinét a criação de uma imprensa escolar na França, que se correspondia com escolas do mundo todo; e assim

⁸ Conforme mencionado no artigo “O uso do jornal como instrumento de ensino aprendizagem”, http://www.uol.com.br/aprendiz/aprenderonline/Aprender/midia_edu/ (obtido em 16/02/01)

como em Paulo Freire, as técnicas de Freinét ganhou reconhecimento pela valorização da historicidade e participação do aluno no processo de educar.

Atualmente, seu maior reconhecimento está na presença de atividades com o jornal na sala de aula. Além disso, esse método é uma ferramenta que tem movimentado diversas atividades e pesquisas na área da educação, e professores frequentemente (principalmente os de português e os das séries iniciais) buscam nele uma forma diferenciada de trabalhar os conteúdos escolares.

É evidente que o pioneirismo deste trabalho só foi possível graças à vontade de inovar os recursos com que a pedagogia vinha contando, e também à proveitosa tentativa de estabelecer uma relação viva e dinâmica com o conhecimento; integrar o aluno com o processo e aproximar a escola com a vida – tendo como base princípios que contemplavam a cooperação, a solidariedade e a autonomia. Esses princípios manifestados pela metodologia Freinét, certamente consistem numa importante base para que o trabalho com a cidadania percorra prósperos caminhos.

Com todas as dificuldades (às vezes artesanais) de instauração da imprensa escolar – técnicas trabalhosas comparadas as que o computador criou - Freinét insistia pela sua implantação. Idealista confesso, o mestre apostava no espírito empreendedor dos alunos e não permitia que as dificuldades técnicas atrapalhassem a formação da cidadania através da experimentação. Se suas intervenções ganharam tal amplitude no campo metodológico, até onde teria chegado o mestre se na sua época estivessem disponíveis todas as facilidades tecnológicas que as escolas de hoje possuem?

O jornal na sala de aula

Filhas da experiência de Freinét, as experiências de jornal na sala de aula, além de absolutas, ainda são as estratégias que contam com maior número de parcerias e suporte teórico em termos de orientação.

Destinadas principalmente ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da Língua Portuguesa, muitas dessas orientações, inclusive da própria SEE, definem a possibilidade desta aplicação como mais um instrumento pedagógico de apoio:

O jornal em sala de aula é um excelente material para se desenvolverem atividades de leitura e escrita, tais como se apresentam na sociedade, possibilitando o trabalho com diferentes modalidades de textos. Os alunos aprendem a reconhecer e a utilizar diferentes

formas de organização textual, bem como recursos lingüísticos próprios de cada modalidade. (SÃO PAULO, 1991)

A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), também vem recomendando a utilização do jornal como subsídio à proposta curricular da Língua Portuguesa, destacando tópicos para análise da mídia impressa ou para a própria elaboração do jornal na sala de aula.

No âmbito bibliográfico, a obra da Prof^a. Maria Alice Faria, “O jornal na sala de aula”, da série *Repensando a Língua Portuguesa*, é uma das referências mais utilizadas para produção do jornal como material didático. Para a autora, manipular esta prática é “contribuir para uma renovação da pedagogia da língua materna” (FARIA, 1997, p.12), pois o jornal, argumenta ela, “visa oferecer ao professor um certo número de atividades que lhe permita de forma empírica levar o aluno a praticar a língua” (ibidem, p.16).

Quanto à implicação do livro com a formação da cidadania, vale destacar que apesar de todo o contexto orientar para a análise e/ou construção prática do material⁹, a autora tangencia o método com a questão da cidadania no momento em toma como referência duas concepções (de três elencadas) como diretrizes de seu trabalho: uma explicitada por José Marques de Melo (1971), cuja sugestão indica “a utilização do jornal na sala de aula como uma forma de desenvolver a consciência crítica da cidadania”, e outra explicitada por ROMIAN (1979), cuja indicação mais forte se faz pela proposta de “integrar a aprendizagem da língua escrita com o estímulo às trocas sociais a fim de ajudar os alunos a compreender o mundo, a sociedade em que vivem e prepará-los para a ação” (FARIA, 1997, p.12-13).

Apesar do livro da Profa. Maria Alice Faria exercer uma certa hegemonia no que se refere às consultas bibliográficas, existem outras obras que incentivam a construção do jornal na sala de aula. Uma delas é “O jornal como proposta pedagógica”, de Joana Cavalcanti Pontual.

Demonstrando os mesmos propósitos que Faria, Pontual também organiza um livro-orientação, só que destinado ao trabalho do jornal não apenas como exercício de leitura e escrita, mas sim como instigador de atividades socializadoras. Na obra, é possível encontrar a indicação de mais de 30 atividades contendo: objetivos, materiais e

⁹ Os títulos dos capítulos são: Como é feito um jornal?; As formas da informação; O conteúdo da informação e Gêneros jornalísticos na sala de aula.

procedimentos – e que podem ser adotadas como proposta pedagógica, envolvendo a utilização do jornal para percepção de aspectos das várias disciplinas e desenvolvimento da cultura infantil; pautando-se, em geral, na expressão do lúdico e da participação. Há também, nesta mesma obra, algumas dicas para montagem de uma hemeroteca.

Como quase todos do gênero, o livro de Pontual é organizado para servir como uma espécie de manual a quem se interessa pela atividade de produção de jornal em sala de aula. As orientações são trabalhadas de maneira bastante sucinta, não há discussões maiores envolvendo a temática cidadania, exceto aquela referência comum que aparece em quase todos os tipos de trabalhos envolvendo jornal e educação:

Assim, o ser cidadão implica no exercício da cidadania, no desenvolvimento de um espírito crítico e atuante. A escola representa a base para a formação de um indivíduo inteirado aos problemas sócio-culturais do seu tempo, estado ou país. (PONTUAL, 1999, p.45)

Enquanto via mais explorada, a utilização do jornal na sala de aula é certamente um passo importante para o aprimoramento da língua e até mesmo para a formação do espírito crítico e participativo do aluno. Entretanto, uma formação mais completa para o preparo do sujeito ao exercício da cidadania pode e deve compreender objetivos mais audaciosos, como por exemplo a extensão do projeto para toda a escola, com produção individual e compartilhada de textos, não apenas como exercício de leitura e escrita, mas também como desenvolvimento de temáticas relevantes à realidade social, regional e econômica da escola e da comunidade.

Além disso, mesmo que a exploração de jornais da grande mídia ofereça inúmeros espaços para reflexões, ainda pode encontrar alguns limites sobre a inserção dos assuntos tratados no cotidiano dos alunos. Produzir o próprio veículo de comunicação, tendo um projeto como base, não só pode instigar as premências imediatas da escola em questão, como também resgatar debates em torno da participação dos alunos na unidade social.

Trabalhos monográficos

Quanto à bibliografia produzida a partir de estudos acadêmicos, o levantamento, que a nós foi possível ser destrinchado, conseguiu agrupar quatro monografias que

trabalharam especificamente com o tema jornal escolar, das quais foram analisadas apenas as três mais recentes. São elas (por ordem de defesa):

MOLLO, Patrícia Monsão. *Jornal-escolar: uma nova proposta*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, 1986, 159 p. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

IJUIM, Jorge Kamehide. *O jornal de classe como instrumento de integração disciplinar no ensino de 1º grau. Estudo de caso: Bauru*. Dissertação (Mestrado) São Paulo, 1989, 176 p. Faculdade de Comunicação Social “Cásper Líbero”.

ALVES, Januária Cristina. *O jornal infantil: expressão e participação*. Dissertação (Mestrado) São Paulo, 1993, 75 p. (+anexos). Faculdade de Comunicação Social “Cásper Líbero”.

SANTOS, Selma Aguiar. *A informação na educação escolar: o uso dos jornais na sala de aula – análise do projeto “NH” na escola*. Dissertação (Mestrado) São Paulo, 1994, 128 p. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

▪ No primeiro trabalho, o de Jorge Ijuim, a consistência e preocupação enquanto pesquisa de campo/trabalho monográfico se faz o tempo todo. Nos moldes do jornal na sala de aula, Ijuim propõe a criação do “jornal de classe”, que funciona como um instrumento de integração disciplinar. Os recursos utilizados para a produção do jornal seguem a linha de Freinet, ou seja, a imprensa escolar, só que com a utilização do estencil e do mimeógrafo.

A experiência (estudo de caso) contou com o envolvimento de alunos de 8^{as}. séries em três diferentes escolas da cidade de Bauru.

Além de demonstrar até que níveis chegou a aceitação da nova proposta, Ijuim também recuperou experiências realizadas nos anos de 50 (jornal Vila Seabra) e 70 (O grillo).

No que tange à fundamentação, o trabalho correspondeu substancialmente ao título proposto, adentrando importantes questões conceituais como aprendizagem, interdisciplinaridade e Linguagem Total. Não há um aprofundamento melhor elaborado sobre a inter-relação comunicação e educação, até porque no ano em que o trabalho foi desenvolvido, a disponibilidade bibliográfica específica do assunto estava começando a se solidificar.

A obra não traz referências à formação específica da cidadania, mas utiliza a perspectiva metodológica do jornal como espaço de dialogismo e integração – a mesma privilegiada por nossa pesquisa – só que adequada à sala de aula. Como contribuição à educação, Ijuim, em uma de suas análises, avalia a aplicação do projeto da seguinte forma:

De maneira geral posso afirmar que houve interesse dos alunos e, ao mesmo tempo, consciência de que o jornal é um meio útil de se estudar. Houve pesquisa, entrevista, busca de informações novas, enfim, tiveram muito mais do ‘extraclasse’ do que tinham antes. (IJUIM, 1989, p.113)

▪ Já a monografia de J. Cristina Alves insere a produção do jornal infantil como instrumento de expressão e participação, propondo-se a verificar se este tipo de atividade contribui enquanto instrumento de desconfinamento cultural. A monografia também oferece todo um estudo sobre os suplementos infantis editados no Brasil até 1993.

De forma muito sucinta, Alves trata, em sua fundamentação, alguns conceitos sobre produção e funções da linguagem, infância e cultura. A orientação metodológica do trabalho fica por conta da perspectiva que trabalha a leitura crítica dos meios.

Estimulando a criação do jornal infantil, a partir da leitura de suplementos produzidos pelos MCM, o projeto, trabalhado com dois grupos (de classes sociais distintas) de crianças, procura incentivar a redação de notícias buscando estabelecer uma relação expressiva com o assunto abordado.

Uma análise detalhada identificando a composição de cada matéria produzida pelas crianças resultou na percepção de que

Há um contexto e determinadas condições para que o jornal infantil seja, efetivamente, um instrumento de expressão e participação. (...) Desta forma percebemos que, tanto nos textos produzidos PARA as crianças como nos que elas mesmas escrevem, há restrições à expressão e à participação. O que nos faz concluir com Freinét, que o processo de produção é tão importante quanto o produto final. (ALVES, 1993, p.52)

A pesquisa é encerrada relacionando os estudos levantados com a criação de um produto (mercadológico) destinado especificamente ao público infantil; como os gibis,

só que na forma de jornal: o SPORT GANG¹⁰. Neste capítulo, Alves explicita detalhadamente por quais processos passaram a criação do jornal, incluindo composição das editorias de cada página, parcerias e profissionais envolvidos, entre outros.

▪ Por fim, o estudo de caso pesquisado por Selma Aguiar dos Santos, diferentemente das duas linhas de produção anteriormente mencionadas, aborda os diversos usos do jornal impresso em educação, conferindo ênfase para o projeto NH na escola – uma iniciativa criada a partir do projeto Educação e Mudança: do Aimpim ao computador, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (RS).

Com um mínimo de fundamentação teórica, a pesquisa é viabilizada a partir de uma ação participativa da pesquisadora na implantação e acompanhamento do Projeto NH na escola; um projeto que “consiste em um encarte pedagógico que circula, no período letivo, dentro do jornal NH, uma publicação do Grupo Editorial Sinos.” (SANTOS, 1994, p.33). Na ocasião, o encarte saía semanalmente, sempre aos domingos, e entregue nas segundas-feiras a todas as escolas em número de 50 exemplares para cada unidade.

Através de pesquisa de campo, a autora entrevista coordenadores, alunos e professores envolvidos com o projeto, buscando suas opiniões a respeito do mesmo.

De acordo com o relatado na monografia, Santos trabalhou com o estímulo a dinâmicas de grupo para indução de aprendizagem experimental, contemplando atividades e avaliações para percepção sobre efetivação ou não da aprendizagem.

As dinâmicas eram orientadas com fichas, que funcionavam como atividades e guia para o professor. Cada ficha era uma proposta de experiência educativa que poderia utilizar o jornal como recurso.

Nos objetivos iniciais da proposta, a pesquisadora pretendia “estimular a reflexão e o debate na escola a partir da convivência com o jornal entendendo este como um dos recursos da comunicação social capaz de favorecer a libertação do homem latino-americano na medida que este se compromete com o desenvolvimento da cidadania.” (SANTOS, 1994, p.12). Entretanto, ao final da pesquisa, Santos constata uma

¹⁰ “Circulação em São Paulo (Grande São Paulo), média de 30.000 exemplares por edição, formato tablóide, 16 páginas, capa contracapa e miolo coloridos, o restante preto e branco, contendo 50% de histórias em quadrinhos (conforme solicitação das crianças), joguinhos e passatempos (também atendendo a pedidos) matérias de esporte e ecologia, espaço para dicas de livros e atividades de lazer, e uma página e meia para as crianças escrever” (ALVES, 1993, p.61)

ocorrência que reforça nossos argumentos sobre o distanciamento entre a pretensão e a execução propriamente dita da formação da cidadania através de algumas aplicações de inter-relação Comunicação e Educação:

Os projetos com leitura com jornais em educação têm se preocupado em usá-los como um instrumento didático que desenvolve a consciência para a cidadania, pois o cidadão que se preocupa com os assuntos que estão acontecendo no mundo, que está informado vai tornando-se um cidadão consciente. Todavia, a leitura crítica nos projetos analisados é pouco praticada. (SANTOS, 1994, p.119)

Programa ANJ de Jornal da Educação

O programa Jornal na Educação é de cunho institucional e cumpre três funções: empresarial, educativa e social, visto que contribui para os interesses da empresa (formar novos leitores) e dar oportunidade aos alunos de todos os níveis sociais de terem acesso ao jornal e de desenvolverem o espírito de cidadania. Ligadas à área de marketing, à redação ou a própria diretoria executiva da empresa, o fato é que, no mundo, todos os programas de incentivo à leitura de jornal são uma realidade forte e obrigatória no caminho da formação de leitores.

Outras experiências

A multiplicidade de trabalhos na área vem crescendo de forma promissora, ainda que pouco substancial em termos percentuais. Em um desses trabalhos, intitulado “O jornal e a prática pedagógica” (VIANA & SILVA, 1995) podemos encontrar a análise de uma pesquisa empírica aplicada a 15 escolas, em que se constata a baixa utilização dos jornais nas atividades docentes. De acordo com as observações dos autores,

quando o jornal aparece nas atividades de sala de aula é, geralmente, para recortes de palavras com a finalidade de fixar noções de gramática, ou como fonte de pesquisa em recomendações vagas, padronizadas: ‘procurem em jornais e revistas’, ou ainda em uso familiarizado pelo aluno: recortes de gravuras, notícias, reportagens etc., para ilustrar e apresentar trabalhos individuais ou em grupo ao professor e, mais raramente, ao grupo classe. (Ibidem, 1995, p. 81)

A reflexão fundamental do artigo, entretanto, e que retoma nosso foco de análise, fica por conta da preocupação com a semântica ideologicamente construída pelos meios de massa, lançando mão da idéia de que cabe à escola a tarefa de transmitir os conhecimentos das gerações passadas, mas também, e principalmente, de formar cidadãos conscientes, capazes de compreender o processo histórico de forma global e se posicionar criticamente dentro dele; ressaltando, contudo, que a prática não deve subestimar os clássicos da atividade pedagógica cotidiana, porque seria uma prática danosa ao processo de construção do saber; pois “se a elite continua lendo os clássicos nas escolas particulares, não seria democrático sonegar esta prática aos representantes das camadas populares que freqüentam as escolas oficiais” (ibidem, p.95).

É interessante ressaltar que a combinação de idéias neste caso difere-se da elaborada por Faria, já que esta última inclui como componente de sua proposta a atenção às posições ideológicas das notícias de jornal, sem, entretanto, atribuir ênfase à questão; e ao contrário de ressaltar a manutenção dos textos clássicos, ela sugere uma trégua aos clássicos e uma utilização menos sistemática da gramática, dando lugar ao trabalho com a linguagem jornalística, que funcionaria como uma espécie de português fundamental em resposta a uma “tradição mais do que falida” do ensino.

No Brasil, entramos no século XX com o ensino de português inteiramente reduzido à tradição do *clássico escolar beletrista*, onde o texto literário se apresentava como modelo exclusivo da língua dos ‘bons autores’. (...) De um modo geral, na escola brasileira, o conceito de bons autores se cristalizou entre o classicismo português e o parnasianismo brasileiro. E isso permaneceu inalterado até meados dos anos 60. A partir daí, por influências várias, começaram a aparecer mudanças tímidas na escolha de textos em livros de português, revelando alguma mudança no conceito de ensino de língua e literatura. A década de 70 abandonou o texto clássico tradicional, substituindo-o por diferentes tipos de textos mais amenos. Entretanto, os autores destes livros didáticos se mostraram enleados numa imensa confusão pedagógica que perdura até hoje, uma vez que não se chegou ainda a um consenso sobre o que deve ser um texto básico para o ensino da língua portuguesa, em substituição à “autoridade dos clássicos”. (FARIA, 1989, p.8)

O embate de arranjos conceituais em dois trabalhos análogos nos leva a crer que a construção do jornal e a utilização de sua linguagem podem assumir diferentes propósitos. Mas o que esses experimentos efetivamente demonstram é que cada qual adquire seu espaço argumentativo mediante um sistema apático, ansioso por transformações. Convergentes, ou não, o fato é que quase todas as propostas de

elaboração e utilização do jornal escolar mencionam em algum momento a preocupação com a cidadania, sem, todavia, elucidar medidas mais pontuais e diretas para socialização de discussões e apontamento de propostas que interfiram diretamente na constituição do sujeito-cidadão. Encontrar caminhos e referenciais para materialização deste ideal certamente constitui um desafio à comunicação, à educação, e às esferas que se encontram vividas na tarefa pela formação de uma cidadania real.

Referências bibliográficas

ALVES, Januária Cristina. O jornal infantil: expressão e participação. Dissertação (Mestrado) São Paulo, 1993, 75 p. (+anexos). Faculdade de Comunicação Social “Cásper Líbero”.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Imprensa Oficial do Estado S.A. IMESP, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, MEC/SEMT, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. *O jornal na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 8ª. ed., 1997 – (Repensando a língua portuguesa).

FONTES, Carmen A.C. O jornal como material didático. Trabalho de disciplina apresentado à UEL (Universidade Estadual de Londrina – Centro de Educação, Comunicação e artes), 1994.

FREINÉT, Celéstin. *O jornal escolar*. Lisboa: Estampa, 1974.

FREINÉT, Élise. O itinerário de Celéstin Freinét. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (1ª. Ed. 1970)

IJUIM, Jorge Kamehide. O jornal de classe como instrumento de integração disciplinar no ensino de 1º grau. Estudo de caso: Bauru. Dissertação (Mestrado) São Paulo, 1989, 176 p. Faculdade de Comunicação Social “Cásper Líbero”.

LAURITI, Nádia C. *Comunicação e educação: território de interdiscursividade*. <http://www.eca.usp.br/nucleos/nce/artigos> (obtido em 30/06/00)

MARQUES DE MELO, José. Comunicação educativa. Presença do jornal na escola: iniciação ao exercício da cidadania. In: *Comunicação & Liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1971.

MOLLO, Patrícia M. Jornal-escolar: uma nova proposta. São Paulo, 1986, Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

MORAES, Maria de Lurdes de Lorenzo & JORGE, Sônia de Gouveia. O jornal na sala de aula: possibilidades de uso pedagógico. In: *Atividades para o ciclo básico*. São Paulo: CENP, 1993

PONTUAL, Joana Cavalcanti. *O jornal como proposta pedagógica*. São Paulo, Paulus, 1999 (Pedagogia e Educação)

ROMIAN, Hélène. Aprender a ler/escrever – Por quê? Para quê? In: ROMIAN, Hélène e JOSETTE, Jolibert. (coord.). *Para uma outra pedagogia da leitura*. Porto: Livraria Civilização, 1979.

SANTOS, Selma A. Informação na educação escolar: o uso de jornais na sala de aula – análise do projeto nh na escola. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *O texto: da teoria à prática: subsídios à proposta curricular para o ensino de língua portuguesa – 1º. grau*. São Paulo: SE/CENP, 1991

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Proposta curricular para o ensino da língua portuguesa: 1º grau*. São Paulo: SE/CENP, 1991.

SOARES, Ismar de Oliveira. A mobilização da sociedade: iniciativas do governo, da universidade e dos centros de pesquisa. In: *Comunicação e Educação: a experiência americana*. Relatório FAPESP, 2000, p.191-215.

VIANA, Fernando Valeriano & SILVA, Ynaray Joana da. O jornal e a prática pedagógica. In: CITELLI, Adilson O. (org) *Ensinar e aprender com textos não escolares*. São Paulo: Cortez, 1997. 3ª. ed.